

31 OUT 1992

Economia sem rumos

A economia não pode viver num regime de eterna interinidade que serve de pretexto para que não se decida nada, a não ser a administração do dia-a-dia. Esse é o sentimento dominante entre os empresários reunidos no *Fórum da Gazeta Mercantil*. Cabe seguramente aos empresários adaptar-se à política escolhida pelo governo, mas quando não existe tal definição a tarefa torna-se impossível e — o que é pior — cria-se um vazio perigoso.

Passamos de uma crise de credibilidade a outra, de incerteza. Os empresários querem que o governo de Itamar Franco “explicitamente” seus planos de forma que possam fazer “o ajuste fino”. Hoje, estamos assistindo a uma situação que somente deixa perplexos os empresários diante de declarações e decisões contraditórias da parte dos integrantes do governo. Os dirigentes de empresas têm de correr riscos, mas só podem fazê-lo se puderem dispor de um mínimo de previsibilidade. No governo Goulart podiam não gostar das medidas adotadas, mas, pelo menos, sabiam como deviam atuar para se defender contra o populismo do chefe do Estado. Com Collor, ficou claramente definida a política, apesar de haver

alguns atrasos na sua realização. Hoje, reina a total indefinição no quadro da economia. Numa manhã, anuncia-se que, em nome do social, o governo deve voltar a subsidiar algumas atividades. No dia seguinte, proclama-se que todos os subsídios devem ser extintos. O fato de ninguém saber qual será nos próximos meses o processo de privatização impede que se formem grupos interessados na aquisição de empresas estatais. Caberia ao governo definir logo sua política tributária, pois no clima de incerteza que reina atualmente uma empresa tem dificuldades em fechar contratos de exportação, que a criação de um ITF poderá tornar impossíveis. As regras para a abertura da economia eram nítidas e com calendário fixo: hoje se fala em revisão do ritmo da abertura e encontram-se meios de tornar ilusão o fim da reserva de mercado para a informática. Pior ainda: já estão começando a questionar a política de liberdade de preços sem atentar para o fato de que a mudança na conduta da política monetária pode modificar as previsões da evolução dos índices de preços. Urge definir uma política que, a nosso ver, não devia ter sido modificada.

ESTADO DE SAO PAULO